

Constituinte

Muitos ataques ao projeto do Executivo

A transformação do Congresso a ser eleito em 1986 em Constituinte recebeu ontem pelo menos cinco ataques, quatro do Sul — dos governadores do Paraná, José Richa, de Santa Catarina, Esperidião Amin, e do Rio Grande do Sul, Jair Soares, além do deputado Nelson Marchezan (PDS-RS) — e um do Norte, através de uma carta da Regional Norte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Todos se mostram favoráveis à eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, argumentando que um Congresso Constituinte seria muito vulnerável a pressões, tanto do Executivo quanto dos próprios congressistas e de seus partidos.

24 SET 1985

Esperidião Amin, que participou em Curitiba juntamente com Richa e Soares da reunião do Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul previu que "um Congresso Constituinte vai decidir a favor do poder e vai resultar numa Constituição altamente pressionada pelo governo". Para o governador catarinense o governo colocou a Constituição "no jogo do poder, ao fazer a opção pelo Congresso Constituinte".

Ao dizer-se contrário ao Congresso Constituinte, o governador gaúcho Jair Soares lembrou que "os Estados têm tido problemas para aprovar projetos porque o Congresso não tem tido tempo e, nestas condições como poderá absorver ainda mais este encargo?"

José Richa, o governador do Paraná, acha que a Constituinte exclusiva "vai refletir com mais isenção o que esperamos de uma democracia duradoura. O Congresso vem com a mesma marca das emoções de uma eleição comum e com a mesma marca partidária; e uma Constituição deveria estar acima disso".

Já o deputado Nelson Marchezan, ex-líder do governo Figueiredo e ex-presidente da Câmara, não só defendeu sua subemenda ao projeto do Executivo convocando a eleição da Constituinte em 1º de junho de 1986, como garantiu que a tese da Constituinte exclusiva vem crescendo junto à opinião pública mais do que no Congresso, onde, segundo ele, encontra resistências da parte de setores que apoiam o governo.

Marchezan considera essen-

cial desvincular a escolha dos constituintes do pleito para deputados, senadores e governadores, pois "a tradição brasileira de ter Congressos Constituintes mostra que não temos produzido Constituições duradouras". Ponderou ainda que o próprio fato de a nova Carta — conforme a proposta do projeto de José Sarney — ser elaborada por deputados e senadores constituintes "levará a uma opção quase compulsória pelo sistema bicameral, o que restringe a própria soberania da Constituinte".

O deputado gaúcho defendeu ainda a realização de um plebiscito para verificar se a população aprovará ou não a nova Carta a ser elaborada pela Constituinte, embora essa determinação não esteja em sua subemenda.

De Belém partiu o ataque da Regional Norte da CNBB, através de carta que está sendo enviada a deputados e senadores na qual a entidade afirma que "surpreendemos a contradição do governo federal. De um lado fala em Nova República, em mudanças e em respeitar os anseios do povo. De outro lado, impõe uma forma de Assembléia Constituinte que vai contra esses anseios. Transformar o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte é uma violência aos interesses da Nação, que quer uma Assembléia livre, soberana, representativa".

Antecipação

Outro deputado gaúcho, Jorge

Uequed (PMDB), também quer a antecipação da eleição da Constituinte, embora não seja contra o Congresso Constituinte. Ele apóia projeto do deputado Pedro Colin (PFL-SC) nesse sentido. Uequed disse concordar com o argumento de Colin de que a separação das eleições dos constituintes e governadores "é benéfica, pois a campanha para o Executivo sempre chama mais a atenção do eleitorado, e dessa forma a Constituinte não teria a ênfase que sua importância requer".

Uequed também disse ter certeza de que a Constituinte implantará o regime parlamentarista no País, "como forma de dar uma estabilidade definitiva às instituições democráticas". Ao contrário dele, porém, o jurista Miguel Seabra Fagundes ponderou, no Rio, que o parlamentarismo deve ser visto como algo a ser concretizado mais adiante, "porque esse regime não prescinde de organização partidária sólida, da qual, presentemente, o Brasil não dispõe. Estamos ainda em fase de grande instabilidade partidária e por isso penso que devemos permanecer no presidencialismo, mas introduzindo a ele algumas inovações oriundas do regime parlamentar". Como exemplo, citou a concessão ao Congresso do poder de destituir ministros, através de dois terços dos seus votos, "o que daria ao presidente uma margem de comportamento limitada".

Governo

Já no âmbito do governo, o parecer do relator da comissão mista que examina o projeto de convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach, deve ser discutido na reunião de hoje do Conselho Político, com a participação dos líderes em exercício. O líder em exercício do PMDB, deputado Luiz Henrique, adiantou ontem que a tendência majoritária na bancada é pelo aumento do prazo de desincompatibilização para ocupantes de cargos públicos que pretendem candidatar-se às eleições de 86. O prazo de um ano, proposto pelo deputado Manoel Costa, seria reduzido, no entanto, segundo ele, para dez ou nove meses, no mínimo. A questão dos delegados constituintes também será avaliada na reunião.

Ciclo

Promovido pela Faculdade de Direito de Sorocaba, começa amanhã um ciclo de estudos sobre a Constituinte que, com duração de três dias, reunirá debatedores como os ministros Fernando Lyra e Almir Pazzianotto, Paulo Brossard, Michel Temer e o jornalista Ruy Mesquita, que discorrerá no painel "Presidencialismo ou Parlamentarismo?".